



214



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 186407-9**  
**COMARCA** : Lajedo – Vara Única  
**APELANTE** : Roberto Ferreira do Nascimento  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA INCRIMINAR O RÉU. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I – Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, sentença que o condenou em harmonia com as provas carreadas aos autos.

II - Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 186407-9**, no qual figuram como partes as retronominadas; **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

  
**Presidente**

  
**Des<sup>a</sup> Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**



215

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 186407-9**

**COMARCA** : Lajedo – Vara Única  
**APELANTE** : Roberto Ferreira do Nascimento  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**RELATÓRIO**

---

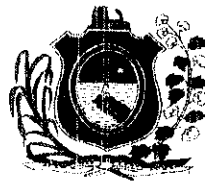
**Roberto Ferreira do Nascimento** foi denunciado (fls. 02/02v) como incurso nas penas do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Às fls. 128/130, o Órgão Ministerial aditou a denúncia, também veiculando acusação, pela prática do mesmo fato delituoso e daquele tipificado no art. 288, parágrafo único, do CP, contra João Zito Valença Sobrinho, vulgo “**Joãozito**”, Antonio Raimundo de Azevedo, vulgo “**Tonho**”, e José Roberto Pedroza da Silva, vulgo “**Roberto Professor**”.

Narra a Denúncia que no dia 27/11/93, por volta das 21h30min, na estrada que liga a cidade de Lajedo ao Sítio Olhinhos D'água, nas imediações da propriedade rural do Sr. “Zé Quirino”, o acusado e os indivíduos **JOÃOZITO**, **TONHO** e **ROBERTO PROFESSOR**, trafegando num veículo automotor Caravan, de cor branca, pertencente a **TONHO**, abordaram a motocicleta do Sr. Luiz Ferreira dos Anjos Neto, que trazia de carona a Sra. Maria José da Silva e, apontando armas de fogo (revólver e espingarda), anunciaram um assalto, obrigando as vítimas acima nominadas a pararem a sobredita motocicleta e a se despirem. Ato contínuo, colocaram na mala do automóvel Caravan o motociclo e os pertences dos ofendidos (roupas, capacete, relógio, dinheiro e documentos pessoais) e fugiram do local.

Os réus João Zito Valença Sobrinho, vulgo “**Joãozito**”, Antonio Raimundo de Azevedo, vulgo “**Tonho**”, e José Roberto Pedroza da Silva, vulgo “**Roberto Professor**” não compareceram ao interrogatório, após regular citação editalícia, razão pela qual foi decretada a revelia dos mesmos (fls. 166/166v e 176).

Concluída a instrução criminal, o acusado, ora apelante, **Roberto Ferreira do Nascimento** foi condenado à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, a ser cumprida em regime inicialmente semi-aberto, como incurso



216

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, sendo os réus João Zito Valença Sobrinho, vulgo "**Joãozito**", Antonio Raimundo de Azevedo, vulgo "**Tonho**", e José Roberto Pedroza da Silva, vulgo "**Roberto Professor**", absolvidos da imputação que lhes foi veiculada no aditamento à denúncia de fls. 128/130, nos termos do art. 386, inciso IV, do CPP, conforme sentença condenatória de fls. 209/212.

Inconformado, o réu **Roberto Ferreira do Nascimento** apelou (fls. 218) e ofereceu razões recursais às fls. 219/220, pugnando pela reforma da sentença *a quo*, pretendendo absolvição, alegando a insuficiência de provas para a condenação.

A Representante do *Parquet* de 1º Grau, em resposta ao apelo (fls. 222/226), rechaçou as alegações ali contidas e requereu a manutenção da sentença recorrida.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Patrícia de Fátima Oliveira Torres, às fls. 238/240, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 14 de *setembro* de 2009.

  
**Desª Alderita Ramos de Oliveira – Relatora**



217

04

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 186407-9**  
**COMARCA** : Lajedo -- Vara Única  
**APELANTE** : Roberto Ferreira do Nascimento  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO - MÉRITO**

Trata-se de apelação onde o recorrente persegue a reforma da sentença açoitada, pugnando por absolvição, ao fundamento de que inexistem provas suficientes para ensejar a condenação.

Aduz, o apelante, que não teve a menor participação no evento delituoso, sendo envolvido no caso por atender a um convite de um amigo de infância (Roberto Professor) para participar de um forró no local onde se verificou a ação criminosa.

Diz, ainda, que a sentença teve como alicerce para lhe condenar as informações obtidas no inquérito policial, através de coação psicológica, precedida ainda, de sessões de tortura, razão pela qual não serve para embasar o decreto condenatório. E que a prova testemunhal não se presta para incriminar o apelante, vez que as testemunhas revelaram-se confusas em detalhar o fato e incongruentes no que diz respeito à identificação do acusado e sua participação no evento delituoso.

A materialidade do delito encontra-se comprovada através dos autos de apresentação e apreensão (fls. 07/08).

Com relação à autoria do delito, esta restou evidenciada pela confissão do apelante no inquérito (fls. 17/19), e em juízo (fls. 49/49v), e pelos depoimentos das vítimas e das testemunhas ouvidas perante a autoridade policial e em juízo.

Verifico, inicialmente, que o acusado, ora apelante, foi reconhecido, sem nenhuma dúvida, pela vítima Luiz Ferreira dos Anjos Neto no auto de prisão em flagrante delito (fls. 09/10), e em juízo (fls. 97/97v), como sendo um dos responsáveis pelo crime em comento, a qual afirmou convictamente que o apelante era um dos elementos que no dia e local narrado na denúncia, tomou de assalto a sua motocicleta, além de vários objetos pessoais que lhe pertenciam e à vítima Maria José da Silva.

83



218



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Além do mais, a vítima, em suas declarações perante a autoridade policial e em juízo, além de narrar os fatos com riqueza de detalhes, descrevendo o *modus operandi* dos assaltantes e a maneira com que se portaram, apontou o acusado, ora apelante, como o responsável por colocar a motocicleta na mala do veículo Caravan, porquanto restou indubitoso que o apelante agiu em concurso de pessoas e mediante o uso de arma de fogo, razão pela qual o douto sentenciante *a quo* aplicou acertadamente as agravantes previstas no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CP.

Muito ao revés do que afirma o apelante, consta dos autos que quando as vítimas retornavam de uma igreja em uma motocicleta, foram surpreendidos por quatro elementos em uma Caravan, que armados anunciaram o assalto, imobilizando os ofendidos, sendo tomado seus pertences, ficando semi-nus às margens da rodovia.

A motocicleta foi colocada na mala da Caravan pelo apelante e, após o roubo, os assaltantes adentraram no veículo e tomaram destino incerto e não sabido. Em diligências encetadas pela polícia, através de informações de populares e das próprias vítimas, fora localizado o apelante, o qual confessara que praticou o assalto em companhia de "Joãozinho", "Tonho" e José Roberto Pedroza da Silva (Roberto Professor).

Atente-se que o próprio acusado Roberto Ferreira do Nascimento, ora recorrente, ao ser ouvido perante a autoridade policial (fls. 17/19), se reportou ao crime ora em análise, confessando e confirmando que dele participou em companhia de João Zito Valença Sobrinho, vulgo "Joãozinho", Antonio Raimundo de Azevedo, vulgo "Tonho", e José Roberto Pedroza da Silva, vulgo "Roberto Professor".

"(...) Que o interrogado encontrava-se em uma praça no Distrito de Queimada Grande do município de São Bento do Una-PE, instante em que o elemento de nome "Joãozinho" chamou o interrogado para dar um role e o interrogado por sua vez saiu acompanhando o "Joãozinho" juntamente com outro elemento de nome "Tonho" em uma Caravan branca, na qual se dirigiram para este município no sentido da BR-423 e tendo acesso à ladeira do boi morto e que quando chegaram no topo da ladeira, o veículo tomou sentido do lado esquerdo, no sentido de Garanhuns/lajedo, indo por uma estrada de barro a qual o interrogado não sabe declinar onde fica; que a idéia de entrar naquela estrada foi de TONHO, que estava dirigindo a citada Caravan, e quando chegaram mais adiante encontraram um casal namorando, isto por volta das 20:00 horas do dia



219



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

27 de novembro próximo passado; que o casal que estava namorando estava com uma moto Honda, e quando viram a moto o elemento de nome "Roberto" que é professor municipal em São Bento do Una disse o seguinte: "vamos tomar a moto desse casal"; que o Tonho que estava dirigindo a Caravan, parou o veículo e ficou na direção, enquanto que o interrogado desceu para pegar a moto, o Joãozito armado com uma espingarda e o Roberto professor armado com um revólver cal. 38, marca taurus, oxidado, cano curto, com cabo de madeira, nº 363336, de propriedade do interrogado, momento em que quando chegaram próximo ao casal gritaram: "é um assalto", e o casal imediatamente levantou os braços, e o interrogado pegou a moto Honda, de cor azul, ano 77, e colocou na mala da Caravan, enquanto que os outros mandaram que o casal tirasse as blusas, e levaram também do casal, o capacete, a carteira porta-cédula contendo os documentos, como também os relógios pertencentes ao casal, tendo-os colocado na mala do veículo, e que o casal no momento do assalto não esboçou nenhuma reação contra o interrogado e os outros elementos; que o interrogado ainda afirma que logo após praticarem o assalto passaram por umas pessoas que iam pela estrada, e que a moto naquele instante ia na mala da Caravan; que depois de praticarem o assalto seguiram com destino a Queimada Grande, com a intenção de esconder a moto em um matagal para que na segunda-feira, dia 29 de novembro próximo passado se deslocasse com a mesma para Belo Jardim onde estava havendo feira e na feira do troca-troca iria vender a moto; que perguntado ao interrogado a quem vendeu a moto na feira do troca? O mesmo respondeu que vendeu a moto a um homem de cor parda, de estatura de aprox. 1,60cm, de bigode, aparentando uns 30 anos de idade, não sabendo declinar o nome do citado homem; que o interrogado ofereceu a moto ao homem desconhecido pelo preço de Cr\$ 50.000,00 e este por sua vez disse que daria Cr\$ 25.000,00, no que o interrogado disse que não vendia por aquele preço, e o homem deu uma voltinha, quando voltou no mesmo instante ofereceu a outra proposta ao interrogado dizendo que daria Cr\$ 30.000,00 na moto, no que o interrogado resolveu vender a moto pelos trinta mil cruzeiros reais ao citado homem; (...); que o interrogado recebeu os trinta mil cruzeiros reais da venda ilegal da moto e retornou à Queimada Grande vindo então a encontrar-se com as mulheres de Tonho e Joãozito, no que entregou a importância de Cr\$ 7.500,00 a cada uma delas, logo adiante encontrou-se com Roberto Professor e entregou também a importância de Cr\$ 7.500,00, tendo o Roberto Professor indagado do interrogado por quanto ele havia vendido a moto na feira do troca-troca em Belo Jardim, no que o interrogado afirmou que havia vendido por trinta mil cruzeiros reais; (...); que como o interrogado possui uma motocicleta e foi para Garanhuns tirar a sua habilitação, quando de retorno para Queimada Grande, foi então localizado por policiais civis desta delegacia que estavam investigando o assalto ocorrido no dia 27/11/93, da moto azul; este quando averiguado sobre o referido assalto, o interrogado confessou que participou ativamente do assalto; que



220



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*perguntado ao interrogado quanto aos pertences pessoais das vítimas tais como: camisa, blusa, sapatos, relógios, cintos, documentos, capacete? O mesmo respondeu que ficaram no interior da Caravan, de posse de Roberto Professor, Tonho e Joãozinho, não sabendo informar que paradeiro tomou; (...) que o interrogado reconhece o revólver a ele apresentado como sendo o de sua propriedade e utilizado por Roberto Professor no momento do assalto da moto, como também da espingarda a ele apresentada como sendo a utilizada por Joãozinho no mesmo assalto, e que ainda esclarece que comprou o revólver a Nadinho que trabalha de guarda municipal há aproximadamente um mês atrás pelo preço de vinte e cinco mil cruzeiros reais; (...)"*

Em juízo (fls. 49/49v), o acusado alegou ter sido involuntariamente envolvido no fato delituoso, pois aceitou um convite de um colega (Roberto Professor) para ir a um forró. Afirmou, ainda, ter sido coagido e torturado na delegacia para confessar o fato delituoso narrado na denúncia.

As vítimas, em suas declarações no inquérito (fls. 09/12) e perante a autoridade judiciária (fls. 83/83v e 97/97v), afirmaram que foram rendidas subitamente pelos quatro elementos numa Caravan, na altura do Sítio de Zé Quintino, sendo postas semi-nuas ao solo, despojadas de seus pertences, inclusive documentos, ocasião em que a motocicleta pertencente ao ofendido Luiz Ferreira dos Anjos Neto foi posta no interior do veículo Caravan pelo apelante, após o que empreenderam fuga do local.

Ressalte-se que a vítima Luiz Ferreira dos Anjos Neto, ao ser interrogado em juízo (fls. 97/97v), afirmou:

*"(...) Que havendo prisão de dois elementos por furto de gado em Jucatí esses denunciaram o envolvimento de ROBERTO ora acusado neste processo, como acusado neste caso que assaltou as vítimas; que os policiais em diligência localizaram o acusado ROBERTO FERREIRA DO NASCIMENTO quando este retornava de Garanhuns num ônibus da Jotude, tendo a vítima reconhecido como participante do assalto que ocorreu no dia 27 de novembro de 1993; que a vítima alega também ter reconhecido os dois elementos presos por furto de gado como participantes do assalto que ocorreu no dia 27.11.93, não sabendo o motivo destes também não terem sido indiciados em inquérito; que o quarto elemento do assalto à vítima sabe dizer que se encontra foragido e que era professor escolar em um sítio; que o acusado deste processo ROBERTO FERREIRA entregou a vítima uma moto melhor do que a que foi roubada da vítima em substituição àquela; (...)"*

6



221



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Como bem observado pela Representante do Parquet do 1º Grau, nas suas contrarrazões de apelação (fls. 222/226), "a vítima Luiz Ferreira dos Anjos Neto reconheceu o recorrente como uma das pessoas que efetivamente participou do assalto (fls. 97/97v), inclusive assegura que o próprio recorrente entregou outra moto, melhor que a que fôra roubada, para a vítima, talvez numa tentativa de que esta retirasse a queixa e ficasse tudo por isso mesmo. Ocorre que o delito narrado na denúncia é de ação pública incondicionada e não oferece possibilidade de transação", restando indubitosa a participação do recorrente no fato delituoso.

As testemunhas Antonio Fernando da Silva e Erivaldo Fernandes, quando inquiridos no inquérito (fls. 13/15), e em juízo (fls. 80v), afirmaram que perceberam quando o veículo Caravan passou rapidamente por aquele grupo que caminhava logo atrás dos ofendidos, de farol apagado, e logo adiante encontraram as vítimas, lhes prestando socorro.

Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa (fls. 114/115) nada acrescentaram ao conjunto probatório dos autos, visto que não presenciaram os fatos narrados na denúncia, limitando-se a fornecer dados da vida pregressa do acusado.

Vê-se, portanto, que a confissão do acusado, ora apelante, no inquérito (fls. 17/19), e os depoimentos das vítimas e das testemunhas perante a autoridade policial e em juízo guardam coerência entre si, não merecendo acolhimento à alegação de ausência de provas para embasar uma condenação, visto que dúvida não há quanto à participação do recorrente no crime em comento.

Descabe, também, o argumento do apelante de que sua confissão perante a autoridade policial foi obtida por meio de violência, visto que o réu não logrou provar tal alegação, limitando-se a afirmar que foi "coagido e torturado" a confessar, sem demonstrar provas do que alegou, além do que, encontrava-se o apelante acompanhado de advogado quando de sua oitiva perante a autoridade policial.

A esse respeito, trago à colação trecho das contrarrazões do Ministério Público de 1ª Instância (fls. 223/226), *verbis*:

*"(...) O próprio recorrente quando ouvido em juízo, e aí não me venha dizer que sob coação, afirmou ter participado do evento criminoso, sob a alegação fantasiosa de que foi forçado pelos demais a fazê-lo (!). Aliás, o*



222



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*recorrente durante todo o curso do processo limitou-se a afirmar ter sido coagido e torturado para confessar o fato narrado na denúncia, contudo, desde a sua ouvida perante a autoridade policial esteve acompanhado por seu ilustre advogado (veja-se fls. 17/19). (...)”.*

Ainda sobre o assunto, destaco o parecer ministerial de fls. 238/240, verbis:

*“(...) Com efeito, sem maiores esforços vê-se que o delito pelo qual foi condenado o Sr. ROBERTO FERREIRA DO NASCIMENTO, restou devidamente demonstrado nos autos, seja pela confissão do referido senhor na fase inquisitorial, seja pelas suas declarações em juízo, nas quais, todavia, tenta convencer o juízo que agiu involuntariamente e forçado pelo restante do grupo, o que, todavia, não logrou provar, como também não provou a suposta tortura sofrida no interior da delegacia de polícia, sendo de se ressaltar, ainda, como bem pontuado pelo Representante do Ministério Público em suas contrarrazões, que ao depor no inquérito policial, encontrava-se o apelante acompanhado de advogado. (...).*

*Também merece destaque a declaração do acusado, de já depois do assalto, ter levado a motocicleta da vítima para o município de Belo jardim, onde vendeu a mesma pelo preço de CR\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros reais), o que está a indicar que o apelante não agia sob ameaça, mas por vontade própria.*

*E mais, ainda segundo suas próprias declarações em sede policial, o revólver utilizado pelo indivíduo “ROBERTO PROFESSOR” na prática do assalto, é de propriedade dele apelante. (...)”.*

Assim, tenho que os fatos criminosos narrados na denúncia restaram provados, estando a sentença vergastada em harmonia com o conjunto probante dos autos, razão pela qual não merece reparo.

Forçoso é concluir, portanto, pela impossibilidade da absolvição do apelante, visto que a espécie não se afeiçoa a qualquer das hipóteses elencadas no art. 386, do CPP, vez que está suficientemente provada a existência do fato para a condenação.

De outra banda, entendeu o magistrado sentenciante pela absolvição dos co-réus João Zito Valença Sobrinho, vulgo “**Joãozito**”, Antonio Raimundo de Azevedo, vulgo “**Tonho**”, e José Roberto Pedroza da Silva, vulgo “**Roberto Professor**” nos seguintes termos (fls. 211):

*“(...) Ainda assim, não logrou êxito a acusação em demonstrar, de modo indubitado estreme de dúvidas, que aqueles foram os efetivos*



223



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

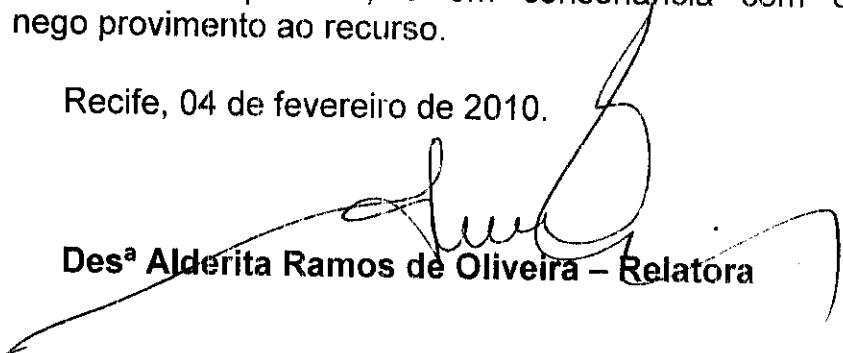
*companheiros do primeiro réu e co-autores do evento delituoso em comento. Quanto a tal imputação, o presente feito não está somente mal instruído, não existe sequer início de instrução, mas tão somente meras conjecturas, alicerçadas apenas nas "afirmações" do primeiro réu, que trouxe em sua defesa a fantasiosa versão de que fora forçado a participar da empreitada criminosa (em que pese ter sido apreendida em seu poder um revólver calibre "38") e confessara a sua prática para não ser torturado pela polícia (SIC). (...)"*

Não coaduno com as razões que alicerçaram a sentença do douto Juiz *a quo*, dissentindo do entendimento de que não logrou êxito a acusação em demonstrar, de modo indubitado estreme de dúvidas, que os co-réus João Zito Valença Sobrinho, vulgo "**Joãozito**", Antonio Raimundo de Azevedo, vulgo "**Tonho**", e José Roberto Pedroza da Silva, foram os efetivos companheiros do apelante Roberto Ferreira do Nascimento no evento delituoso em comento.

Lamentavelmente, o Ministério Público de 1º Grau, de ordinário tão combativo, não recorreu da decisão, restando a mesma alcançada pela coisa julgada.

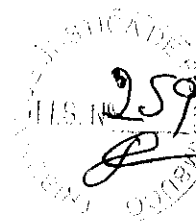
Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao recurso.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

  
Desª Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



224



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**PROCESSO Nº: 0186407-9**  
**COMARCA: LAJEDO**  
**VARA: VARA ÚNICA**  
**APELANTE: ROBERTO FERREIRA DO NASCIMENTO**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO**

**VOTO REVISOR**

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 09 / 12 / 2010. 10

*Cláudio*  
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Revisor